

III – DIREITO CIVIL:

- 1. Lei de Introdução ao Código Civil.
 - 2. Teoria geral.
 - 2.1. Pessoas naturais e jurídicas. Personalidade e capacidade. Sociedades, associações e fundações. Domicílio.
 - 2.2. Bens e sua classificação.
 - 2.3. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova.
 - 3. Direito das obrigações.
 - 3.1. Modalidades das obrigações.
 - 3.2. Transmissão das obrigações.
 - 3.3. Adimplemento e extinção das obrigações.
 - 3.4. Inadimplemento das obrigações.
 - 3.5. Contratos em geral.
 - 3.6. Espécies de contrato. Compra e venda. Doação. Prestação de serviço. Mandato.
 - 3.7. Atos unilaterais. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.
 - 3.8. Responsabilidade civil.
 - 3.9. Código de Defesa do Consumidor.
 - 4. Direitos das coisas.
 - 4.1. Posse.
 - 4.2. Propriedade em geral. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. Direitos de vizinhança. Uso anormal da propriedade. Águas.
 - 4.3. Condomínio.
 - 4.4. Parcelamento do solo urbano.
 - 4.5. Direitos reais de superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador, penhor e hipoteca.
 - 5. Direito de família.
 - 5.1. Casamento. Disposições gerais. Capacidade. Impedimentos. Causas suspensivas. Habilitação. Celebração. Provas. Invalidade. Eficácia. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Proteção da pessoa dos filhos. Regime de bens entre os cônjuges.
 - 5.2. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Tutela. Curatela. Alimentos. Alienação parental.
 - 5.3. Usufruto e administração dos bens de filhos menores.
 - 5.4. Bem de família.
 - 5.5. União estável.
 - 6. Direito das sucessões.
 - 6.1. Sucessão em geral. Herança e sua administração. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Excluídos da sucessão. Herança jacente. Petição de herança.
 - 6.2. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação.
 - 6.3. Sucessão testamentária. Testamento em geral. Capacidade de testar. Formas ordinárias do testamento. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas: inalienabilidade, impenhorabilidade e incommunicabilidade. Legados. Direito de crescer. Substituições. Deserdação. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento.
 - 6.4. Inventário e partilha.
 - 7. Registros Públicos.
 - 7.1. Registro de imóveis. Noções gerais. Registros. Presunção de fé pública. Prioridade. Especialidade. Legalidade. Continuidade. Transcrição, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida.
 - 7.2. Registro Civil das Pessoas Naturais. Retificação, anulação, suprimento e restauração do registro civil.
 - 8. Pessoa portadora de transtorno mental.
 - 9. Idoso.
- IV – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:
- 1. Lei processual. Interpretação das leis processuais.
 - 2. Princípios informativos do Direito Processual.
 - 3. Jurisdição, ação, exceção e processo.
 - 4. Partes e procuradores. Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros.
 - 5. Ministério Público.
 - 6. Competência. Competência interna. Competência em razão do valor e da matéria. Competência funcional. Competência territorial. Modificações da competência. Declaração de incompetência.
 - 7. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimentos e suspeição.
 - 8. Atos processuais. Forma. Tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa.
 - 9. Formação, suspensão e extinção do processo.
 - 10. Processo e procedimento. Disposições gerais. Efeitos antecipatórios da tutela.
 - 11. Procedimento ordinário. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiência. Sentença, coisa julgada e cumprimento da sentença.
 - 12. Procedimento sumário.
 - 13. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravo. Embargos de declaração.
 - 14. Execução em geral.
 - 14.1. Diversas espécies de execução. Disposições gerais. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução de prestação alimentícia.
 - 14.2. Execução de Ações Coletivas
 - 14.3. Suspensão e extinção do processo de execução.
 - 15. Medidas cautelares. Disposições gerais.
 - 15.1. Procedimentos cautelares. Arresto. Sequestro. Busca e apreensão. Produção e exibição antecipada de provas. Alimentos provisionais. Arrolamento de bens. Justificação. Posse provisória dos filhos. Separação de corpos. Regulamentação da guarda e

- do direito de visita dos filhos menores. Alienação parental.
 - 16. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ações possessórias. Ação de usucapião de terras particulares. Inventário e partilha. Arrolamento. Embargos de terceiros. Habilitação. Restauração de autos.
 - 17. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Disposições gerais. Alienações judiciais. Separação consensual. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens dos ausentes. Curatela dos interditos. Disposições comuns à tutela e à curatela. Organização e fiscalização das fundações. Especialização em hipoteca legal.
 - 18. Alimentos.
 - 19. Assistência judiciária.
 - 20. Ação civil de ressarcimento do dano decorrente de sentença penal condenatória (“ex delicto”).
 - 21. Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. Habeas Data.
- V – DIREITO CONSTITUCIONAL:
- 1. Teoria da constituição.
 - 1.1. Constitucionalismo. Conceito e classificação das constituições.
 - 1.2. Poder constituinte: características, titularidade e classificação. Recepção, ripristinação e desconstitucionalização.
 - 1.3. Princípios constitucionais. Interpretação constitucional. Eficácia das normas constitucionais.
 - 2. Direito constitucional brasileiro.
 - 2.1. Princípios fundamentais.
 - 2.2. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Ações constitucionais.
 - 2.3. Nacionalidade e direitos políticos. Partidos políticos.
 - 2.4. Controle de constitucionalidade de normas federais, estaduais e municipais.
 - 2.5. Organização do Estado. Federalismo. Repartição de competências. Intervenção federal e estadual.
 - 2.6. Organização dos poderes.
 - 2.7. Ministério Público. Organização, princípios, funções, garantias e vedações.
 - 2.8. Tributação e orçamento. Sistema tributário nacional e finanças públicas.
 - 2.9. Ordem Econômica e Financeira. Dos princípios gerais da atividade econômica; da política urbana; da política agrícola e fundiária; da reforma agrária.
 - 2.10. Ordem Social.
 - 2.11. Saúde.
 - 2.12. Educação.
 - 2.13. Meio ambiente.
 - 2.14. Da família, da criança, do adolescente e do idoso.
 - 3. Patrimônio Público: proteção ao patrimônio público e social. Controle da Administração Pública. Tribunal de Contas. Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de Injunção. Ação popular. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social. Licitações e Contratos Administrativos. Processo administrativo. Responsabilidade fiscal. Orçamento público.
- VI – DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE:
- 1. Criança e Adolescente. Princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - 2. Entidades de atendimento.
 - 3. Medidas de proteção.
 - 4. Prática de ato infracional.
 - 5. Medidas pertinentes aos pais ou responsável.
 - 6. Conselho tutelar.
 - 7. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares.
 - 8. Procedimentos e recursos.
 - 9. Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.
 - 10. Crimes e infrações administrativas.
- VII – DIREITO COMERCIAL E EMPRESARIAL:
- 1. Direito de empresa.
 - 2. Empresário. Caracterização, inscrição e capacidade.
 - 3. Estabelecimento.
 - 4. Registro. Nome empresarial.
 - 5. Empresário e Direito do Consumidor. Desconsideração da personalidade jurídica.
 - 6. Contratos mercantis. Compra e venda. Mandato mercantil. Alienação fiduciária em garantia. Contrato de câmbio. Arrendamento mercantil. “Leasing”, franquia e faturização.
 - 7. Sociedade.
 - 7.1. Disposições gerais.
 - 7.2. Sociedade não personificada. Sociedade em comum. Sociedade em conta de participação.
 - 7.3. Sociedade personificada. Sociedade simples. Sociedade empresária.
 - 7.4. Tipos societários. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas.
 - 7.5. Liquidação, incorporação, fusão, cisão e transformação de sociedades.
 - 8. Títulos de crédito
 - 9. Recuperação de empresas e falência.
 - 9.1. Modalidades de recuperação. Processo e procedimentos.
 - 9.2. Disposições comuns à recuperação e à falência. Verificação e habilitação dos créditos concursais.
 - 9.3. Intervenção do Ministério Público.
 - 9.4. Decretação e convalidação da recuperação em falência. Recursos.
 - 9.5. Outras fases do procedimento falencial: administração, integração, depuração e realização do ativo (arrecadação,

- ação revocatória, pedidos de restituição, embargos de terceiro, liquidação e encerramento). Fase pós-falencial (extinção das obrigações)
 - 9.6. Disposições penais e respectivos procedimentos.
- VIII – DIREITO AGRÁRIO:
- 1. Direito Agrário: Conceito. Fontes. Princípios.
 - 2. História da propriedade territorial rural no Brasil: Sesmarias. Regime de Posse. Lei de Terras (Lei 601, de 18/09/1964). Registro Paroquial (Lei 601/1980; Decreto 1.310 de 1854), Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964). Evolução do conceito de propriedade no Brasil.
 - 3. Função social da propriedade rural.
 - 4. Posse e propriedade rural. Imóveis Rurais e a Lei de Registros Públicos.
 - 5. Constituição Federal de 1988. A Política Agrícola e Reforma Agrária. Desapropriação por Interesse Social para fins de Reforma Agrária. Lei Agrária (Lei Federal 8.629, de 26/02/1993). **Lei Complementar Nº 76, DE 6 de julho de 1993.**
 - 6. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terras marginais e terras de faixa de fronteira. Imóveis rurais. Terras Públicas. Destinação das terras devolutas. Terras devolutas e o poder público. Identificação das terras devolutas. Discriminação administrativa e judicial das terras devolutas. As terras públicas estaduais e a Constituição Estadual.
 - 7. Usucapião no Código Civil e na Constituição Federal. Usucapião rural. Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Limitações à venda de terras a estrangeiros.
 - 8. Posse. Posse agrária e Posse Agroecológica. Legitimação de posse.
 - 9. Territórios Indígenas.
 - 10. Territórios Quilombolas.
 - 11. Lei de Terras Estadual.
 - 12. Justiça Agrária no Pará.
- IX – DIREITOS HUMANOS:
- 1. Direitos Humanos.
 - 1.1. Conceito e evolução histórica: as dimensões dos Direitos Humanos.
 - 1.2. Sistema Internacional de promoção e proteção dos Direitos Humanos: Pacto Internacional dos direitos civis e políticos. Pacto Internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais. Direitos enunciados e mecanismos de controle.
 - 1.3. Sistema Interamericano de promoção e proteção dos Direitos Humanos. Declaração Americana de direitos e deveres do Homem. Convenção Americana dos direitos humanos. Direitos enunciados e mecanismo de controle.
 - 1.4. Incorporação dos Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos no ordenamento brasileiro. Conflito com as normas constitucionais.
 - 1.5. Ministério Público e a defesa dos Direitos Humanos.
 - 1.6. Sistema Único de Saúde.
 - 1.7. Sistema Único de Assistência Social.
 - 1.8. Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.
 - 1.9. Igualdade Racial.
 - 1.10. Pessoas com deficiência.
- X – DIREITO ADMINISTRATIVO:
- 1. Administração Pública. Descentralização e desconcentração administrativa.
 - 2. Atividade administrativa: polícia administrativa, prestação de serviços públicos, intervenção do Estado na ordem econômica e fomento de atividades privadas de interesse público.
 - 3. Regime jurídico administrativo e princípios da Administração Pública.
 - 4. Poderes administrativos.
 - 5. Agentes públicos.
 - 6. Ato administrativo.
 - 7. Processo administrativo.
 - 8. Licitação e contratos administrativos. Convênios, parcerias e consórcios.
 - 9. Serviços públicos. Delegação de serviço público.
 - 10. Bens públicos.
 - 11. Intervenção do Estado na propriedade.
 - 12. Responsabilidade civil do Estado.
 - 13. Controle da Administração Pública.
 - 14. Improbidade administrativa.
 - 15. Responsabilidade fiscal.
 - 16. Terceiro Setor: organização social – OS e organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP.
 - 17. Servidores públicos. Lei Estadual nº 5810/94 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará).
- XI – DIREITO TRIBUTÁRIO:
- 1. Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Limitações do poder de tributar. Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Discriminação, repartição, destinação e vinculação constitucional da receita tributária. Fundos de participação.
 - 2. Fontes do direito tributário. Hierarquia das normas. Legislação Tributária: Disposições gerais e preliminares. Leis, tratados e convenções Internacionais e decretos. Normas Complementares. Vigência. Aplicação. Interpretação. Integração.
 - 3. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. Efeitos, consequências, validade e invalidade dos atos jurídicos. Sujeito ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Preferência. Fraude à execução. Decretação de indisponibilidade no curso do processo executivo: requisitos e procedimento. 4. Decadência e Prescrição em matéria tributária (prescrição intercorrente judicial e administrativa).